

O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO CAPITALISTA IMPOSTO A BORDA LESTE DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DA CIVILIZAÇÃO DOS CASCOS AOS CATIVEIROS DE PAPEL.

Cláudio Ribeiro Lopes^{1*}, Napoleão Miranda²

1. Professor Adjunto da UFMS; Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF
2. Professor Associado da UFF; Doutor em Ciências Sociais pelo IUPERJ; Coordenador do PPGSD/Orientador

Resumo

Terra é poder: esta pesquisa busca demonstrar a existência de um processo de expropriação imposto a agricultores familiares no Bolsão Sul-Matogrossense que se configura mediante o sequestro do tempo social de vida desses agricultores. Enquanto isso, os agricultores permanecem sem produzir, vez que, muitos deles ainda não conseguiram obter o certificado de cessão de uso da terra (CCU), expedido pelo INCRA, porque não puderam, ou, não tiveram recursos para realizar o plano de manejo ambiental prévio, que poderia autorizar o desmate nos lotes. A AGRAER, que deveria prestar assistência técnica aos agricultores não o faz, pois, esses não possuem o CCU; já, o INCRA, não emite o CCU, porque não se fez o desmate para iniciar a produção agrícola familiar em vários lotes. Assim, ficam os assentados completamente à mercê das indústrias papeleiras, as quais monopolizam não só os investimentos possíveis no assentamento como, principalmente, que tipo de investimento se fará e em que prazo.

Autorização legal: nada consta.

Palavras-chave: Cativéis de papel; Desertos verdes; Capitalismo.

Introdução

Esta pesquisa busca demonstrar a existência de um processo de expropriação imposto a agricultores familiares no Bolsão Sul-Matogrossense que se configura mediante o sequestro do tempo social de vida desses agricultores por meio da ausência estatal coordenada com uma forte presença do capital privado que ostenta uma práxis de oferecer e nunca cumprir promessas de instalação de reservatórios de água no assentamento, o que torna os agricultores familiares ali completamente dependentes do tempo social de vida que lhes é ditado pelas indústrias papeleiras.

A ideia central foi buscar elementos empíricos que atestassem a existência de conflitos socioambientais na borda leste do Mato Grosso do Sul, conhecida como Bolsão Sul-Matogrossense. Para isso, realizou-se uma análise sobre a forma como o processo de apropriação capitalista agroindustrializante imposto à sociedade no Mato Grosso do Sul, em especial, na região leste do Estado, conhecida como Bolsão, que culmina com a instalação das duas maiores indústrias de celulose do mundo foi capaz de manter e ampliar a concentração da estrutura latifundiária regional e, ao mesmo tempo, inibir o acesso à terra e manter os agricultores familiares numa situação de aprisionamento frente ao próprio capital industrial representado pelos fomentos das indústrias de celulose enquanto únicas fontes de recursos disponíveis à produção e como o financiamento de grandes empreendimentos via BNDES parece contribuir para minar a participação popular na gestão de recursos públicos. Nessa perspectiva, a explicitação sobre como e em que medida esse processo representa a continuidade da apropriação por expropriação capitalista em contraste com a dimensão humana e material do desenvolvimento econômico-social tornou-se o norte que guiou a pesquisa.

Metodologia

Foram realizadas entrevistas no campo entre julho/2015 e julho/2018, ocasiões em que dois questionários idênticos foram trabalhados para apurar as condições materiais de subsistência dos assentados no local. Além disso, outras entrevistas, entre julho e dezembro/2015, junto a órgãos estatais se deram com o fim de mapear quais vinham sendo as atribuições junto aos assentados e em que medida eram atendidos. Posteriormente, outros atores sociais foram abordados na cidade de Três Lagoas (Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, IMASUL, IBAMA, INCRA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento), também por entrevista/questionário, a fim de se tentar identificar o nível de comprometimento da sociedade com o projeto agroindustrial do complexo territorial eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2012, 2).

De posse dos dados levantados a partir das respostas aos questionários e das entrevistas passou-se a costurá-los com as relações de poder que eram publicizadas, seja nas mídias locais, seja nos relatórios de sustentabilidade (FIBRIA CELULOSE, 2015; ELDORADO BRASIL, 2014) que as próprias indústrias apresentam, seja pela dimensão e profundidade do envolvimento de políticos locais, regionais e estaduais com o Capital agroindustrial, face ao financiamento de suas campanhas eleitorais por uma das indústrias.

Esse entrecruzamento de dados e informações permitiu esclarecer o porquê das indústrias papeleiras terem se tornado a única fonte de financiamento para a produção agrícola dos assentados no Assentamento São Joaquim.

Resultados e Discussão

De posse dos dados coletados, que incluiu além das entrevistas e questionários aplicados, também, os relatórios de sustentabilidade expedidos pelas indústrias papeleiras, bem como, informações sobre ação judicial movida pelo Ministério Público Federal contra grandes empreendimentos potencialmente poluidores na região, o IBAMA e o IMASUL, buscou-se entrelaçar as teias do poder que regem a dinâmica territorial e de recursos financeiros para a produção na borda leste do Mato Grosso do Sul, numa tentativa de esclarecer o porquê dos assentados/agricultores familiares permanecerem estacionados em suas posses sem conseguir dar o salto de qualidade de vida que a produtividade de uma agricultura familiar orgânica lhes poderia proporcionar.

Fato é que a ideia de terra como instrumento de poder, tão visível (SANTOS, 1979, 15-16) é reforçada diante da descoberta do modo de operação e da simbiose Estado-Capital na região em que se deu a pesquisa.

A partir desse quadro é possível estabelecer relações entre terra e poder. Desde muito se reconhece que a distribuição histórica das terras no Brasil se deu tendo por pano de fundo o capital mercantil (FERLINI, 2003, 215-216). A ocupação, incorporação e apropriação do solo brasileiro tem obedecido à lógica expropriatória da privatização, que guarda relação direta com o fenômeno territorial-empresarial-financeiro-especulativo, isto é, ao modelo de apropriação mercantil-capitalista, ou, no sentir de Porto-Gonçalves e Cuin, um “bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático” (2013, 18). Terra é poder e quem a possui, só o faz porque precede em recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos, enfim. Nesse sentido, pode-se afirmar que há espaços de comando e espaços de subserviência (SANTOS; SILVEIRA, 2002, 264-265) que entremeiam essas relações sociais.

As intrincadas relações de poder que se estabelecem em decorrência do modelo de funcionamento socioeconômico e que encontram na ultraconcentração fundiária e na detenção tecnológica dos meios de produção, aliadas à manipulação da representação política e midiática e ao escamoteamento e/ou invisibilização da participação popular na gestão pública pelo mercantilismo capitalista formam o caldo de cultura que estabelece o rito de passagem para a perspectiva de uma sociedade que pouco enxerga a dominação e, mesmo visualizando-a, tende a acatar o mecanismo como inerente à própria condição existencial, naturalizando-a a partir do senso comum, em detrimento de sua própria situação, qualidade de vida e, mesmo, reprodução bio-sócio-cultural.

O processo capitalista de produção, ontologicamente, é acumulativo (MARX, 1987, 249); isso significa que em seu afã de apropriação da natureza, de riquezas, de concentração de renda, recursos e capital (principalmente a concentração fundiária sob o modelo monocultural) fundado, principalmente, na acumulação por despossessão (BRANDÃO, 2010, 41; HARVEY, 2014, 121 e ss.), historicamente produz menoscabo significativo dos meios de vida, realização social, cultural, produtiva e convívio com o ambiente nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais e sociais da exploração mercantil.

Nessa perspectiva a expressão “conflitos distributivos e dívida ecológica” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, 78-79) pode ser apropriada pelo discurso de enfrentamento do modelo imposto para marcar e acentuar que determinados investimentos promovem prejuízos ao meio ambiente e são, sim, fatores inexoráveis de degradação das condições de vida e relacionamentos sociais e ambientais no planeta, ainda que isso tudo venha sendo feito tendo como pano-de-fundo a utilização de um complexo sistema de propaganda que apregoa o “progresso”, o “desenvolvimento” e uma determinada noção de “sustentabilidade”, com o apelo, principalmente, às mídias nacional e local (CIRILLO, 2015, capa; 30-37; MININI, 2015, 44-60) para invisibilizar conflitos e inibir a participação popular na gestão dos recursos públicos

Nesse sentido, o conceito de passivo ambiental se apresenta recolocado no cenário social como mais um elemento caracterizador da exposição de um interesse que não se restringe, apenas, à questão do controle sobre a produção, mas, que perpassa essa ideia para abarcar as possibilidades de alusões às externalidades negativas como mensuráveis e dignas de reparação a partir da ambientalização de determinados conflitos sociais (LOPES, 2004, 216; 222), tendo como exemplo o não acesso pelos agricultores familiares assentados de projetos de reforma agrária na região de Três Lagoas/MS à gestão de recursos financeiros públicos, como, o financiamento de sua produção via BNDES.

Nessa linha, pode-se identificar um campo de disputas pela pregação da legitimidade da detenção, manipulação, exploração e manutenção do território e dos modos sociais de apropriação do mundo material com vistas a gerar acordos simbióticos que visem a naturalizar as externalidades negativas decorrentes da práxis dessa relação (ACSELRAD, 2004, 16-17). A própria construção da noção de “sustentabilidade” engendra uma série de conflitos em seu processo de construção, que vão desde a lógica malthusiana de racionalização dos recursos, passando pela lógica da gestão burocrático-estatal do patrimônio natural, até aos modelos de inclusão das noções culturais e de justiça ambiental como fundamentadores/legitimadores dos discursos propostos.

Nessa perspectiva é relevante a necessidade de construção de uma outra racionalidade ambiental como um meio de resgate, re-apropriação e re-tomada de uma forma de a sociedade se relacionar com o ambiente, isto é, de construir outra noção de sustentabilidade que vá além do economicismo, isto é, que seja capaz de superar a racionalidade do capital (LEFF, 2006, 248-249), que possa ser um contraponto à transformação do espaço e do território em “mera plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008, 41), principalmente, se se pretende fazer frente, com algum nível de tensão e visibilidade, ao modelo exploratório que foi imposto à cidade e região de Três Lagoas/MS e que obedece ao regime internacional de flutuação das *commodities* no segmento papel-celulose.

Como um dos resultados empíricos avistados tem-se o aparelhamento de um Estado fraco em detrimento de uma ação social forte por parte dos investidores e seus asseclas. Um Estado fraco, seja na área federal, estadual, ou, principalmente, municipal, tende a gerar situações em que os conflitos sociais são invisibilizados,

principalmente, quando o tema central em questão é o ambiente, bem jurídico difuso, cuja titularidade nem sempre é passível de ser identificada de plano, bem como, pelo escamoteamento da participação popular via audiências públicas e as formas como tais atos se dão no contexto em que a pesquisa de campo se debruçou. O tom, portanto, dessa sinfonia macabra é avassalador, do ponto de vista da simbiose Capital-Estado/privado-público/assistencialismo-autonomia e de como se criam, sustentam, legitimam e oferecem condições para a ampliação desmedida da ideia de que terra é poder e, território, *locus* de conquista, tudo feito em nome do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade” em detrimento de uma maior participação democrática da sociedade, como um todo, no bolo de renda, urbana e principalmente, fundiária.

A concentração de terras, isto é, a manutenção dos latifúndios pré-existentes e a criação de novos com a compra e/ou o arrendamento de porções significativas de áreas rurais pelas indústrias, bem como, o número reduzido de atores atuantes no mercado nacional de celulose-papel é da essência do modelo e da forma como ele se introduziu no Brasil. Sabe-se que “desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado fica sujeito à política de escala mínima do BNDES. Assim, a indústria de celulose já nasceu oligopolizada” (MONTEBELLO; BACHA, apud SCHLESINGER, 2008, 68) e financiada pelo próprio Estado, o que revela um contra-senso a tudo o que vem sendo propagado – e propagandeado – pelos agentes do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no que respeita à suas reais capacidades de geração de renda e empregabilidade.

Nessa perspectiva, o processo industrializante submetido ao Brasil nas últimas décadas e, em especial, ao Mato Grosso do Sul, parece revelador de uma determinada tomada de sentido com relação à reprodução do espaço territorial e dos meios inerentes à produção (OLIVEIRA, 2003, p. 15), com consequências graves ao ambiente, como um todo e, fundamentalmente, ao escamoteamento da democracia em suas formas de participação popular. Fato relevante a se destacar e explicitado por Kudlavicz é que foi justamente por meio desse “progresso” alardeado, das concessões de créditos e benefícios fiscais por parte do Estado e dos programas criados para ocupação incontestante do Centro-Oeste pela agroindústria que se acabou por cunhar a expressão e o sentimento de que a microrregião de Três Lagoas tinha uma “vocação florestal” (KUDLAVICZ, 2011, 48), que restou incorporada pelo senso comum.

Nesse sentido, o mito do progresso se apresenta como o grande motor da civiliza o e as suas vincula es ao poder são inegáveis, bem como, a ideia de que o progresso não   neutro, mas, “a quem predominantemente [...] serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2012, 27).

Comprovam-se as teias de e no poder político pelas isen es fiscais concedidas às indústrias, as quais não estão apenas na esfera estadual; em termos municipais, essa política, que antecede, mesmo, a chegada das indústrias papeleiras em Três Lagoas, se mostrou como o carro-chefe dos atrativos, com isen es fiscais que variam da fase de execu o de projetos, como, constru o e amplia o de plantas fabris (decisão favorável   isen o fiscal de ISSQN por parte da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura Municipal de Três Lagoas para o projeto de amplia o do parque industrial da FIBRIA PAPEL E CELULOSE S/A. – Complexo Industrial Projeto Horizonte II foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul,  rg o responsável por dar publicidade a esses e outros atos. Decisões semelhantes ocorreram – e continuam a ocorrer – em vários outros processos, na referida junta, todos relacionados a serviços prestados por terceiros nessas e em outras amplia es fabris. Fontes: <http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/>, 24/12/2015, Ano VII, n. 1500, pp. 55-60; 05/01/2016, Ano VII, n. 1506, p. 30; 11/01/2016, Ano VII, n. 1510, p. 24) a dezenas de anos (FARAH; FUJIWARA, 2003, 117). Incentivos creditícios de longo prazo e isen es fiscais também d o o tom do modelo de implanta o e manuten o/amplia o do complexo territorial eucalipto-celulose-papel ali (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015, 3).

Como resultado da pesquisa, a partir dos questionários aplicados e entrevistas foi possível identificar a existência de pelo menos um conflito socioambiental instalado e que envolve assentados pela reforma agrária na região em 2010, o INCRA, a AGRAER e as duas indústrias produtoras de pasta de celulose ali em funcionamento desde 2009 e 2012, respectivamente, dando origem àquilo que passou-se a denominar, aqui, por cativeiros da celulose. Esses cativeiros se mant m por força do domínio imperial do capitalismo agroindustrial na região, o qual seleciona e aprisiona os assentados ao tempo de vida social ditado, principalmente, mediante as promessas de suprir a carência de água para a produ o orgânica de alimentos na região.

Conclusões

O início de opera o das duas maiores indústrias de pasta de celulose do mundo na região de Três Lagoas deflagrou uma nova época para a vertente da concentra o fundiária. Esse modelo monocultural passou a exercer, por meio da concentra o fundiária e econ mica, o monopólio dos investimentos, públicos e privados naquela região, denominada Bolsão sul-matogrossense.

A ausência do Estado como instrumento de concre o da dinâmica do assentamento levou   ausência de investimentos públicos para a realiza o de uma reforma agrária concreta, deixando os assentados exclusivamente   mercê dos programas de desenvolvimento social – PDS – praticados pelas duas indústrias instaladas na região.

Assim, os desertos verdes não apenas causam forte pressão sobre a agricultura familiar, como, também e principalmente, passam a control -la, pois, as indústrias se apresentam como única fonte de recursos viável para os assentados, ditando o tempo social aos mesmos e minando a participa o popular, estabelecendo uma cidadania e uma democracia de papel, que não encontra eco na realidade da a o social experienciada pelos

assentados, os quais acabaram sendo expostos aos cativeiros da celulose.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. Boletim DATA LUTA, v. 1, 2012, pp. 02-10.
- BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et alii. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BRASIL. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. <http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/>, 24/12/2015, Ano VII, n. 1500, pp. 55-60; 05/01/2016, Ano VII, n. 1506, p. 30; 11/01/2016, Ano VII, n. 1510, p. 24.
- CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. Globo Rural. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso, ou progresso como ideologia. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- ELDORADO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade 2014, 2014.
- FARAH, Marta Ferreira Santos; FUJIWARA, Luis. Erradicação do trabalho infantil: o longo percurso das carvoarias ao trabalho doméstico Três Lagoas-MS. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Governo local e desigualdades de gênero**. São Paulo Annablume, 2003, pp. 109-133.
- FERLINI, Vera. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.
- FIBRIA CELULOSE S/A.. Relatório Destaques MS 2015, 2015.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KUDLAVICZ, Mieceslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. 2011, 176p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.
- LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOPES, José Sergio Leite. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 217-244.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens e valoração. Tradução Maurício Waldman. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista. v. IV, 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1987.
- MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. Revista Expressão MS. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.
- NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Território rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim DataLuta**, FCT-UNESP/NERA, janeiro/2015, pp. 2-8.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Agroindústria e reprodução do espaço. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no campo – Brasil 2013. Coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013, pp. 18-26.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SCHLESINGER, Sergio. Lenha nova para velha fôrnalha: a febre doa agrocombustíveis. Rio de Janeiro: FASE, 2008.